

al·mada

ARQUEOLOGIA • PATRIMÓNIO • HISTÓRIA LOCAL

ESPECIAL Pág. 59

ARQUEOLOGIA E IMPACTE AMBIENTAL

QUINTA DE S. PEDRO (CORROIOS) Pág. 26

PATRIMÓNIO CULTURAL SUBAQUÁTICO Pág. 47

AS SIGLAS DOS CANTEIROS MEDIEVAIS Pág. 119



Pág. 128

ALMADA MINEIRA,
MANUFACTUREIRA E INDUSTRIAL



Jorge Raposo 4 Editorial

João Luís Cardoso & José Norton 5 Achados do Paleolítico inferior e médio da região de Rio Maior

João Luís Cardoso & A. M. Monge Soares 10 Cronologia absoluta das grutas artificiais da Estremadura Portuguesa

João Ludgero Marques Gonçalves 14 Ídolos de cornos do Forno da Telha e do Curral Velho (Rio Maior)

Júlio Roque Caneira 16 O sítio campaniforme de Vale Comprido (Rio Maior)

João Luís Cardoso, José Norton & Francisco Negalha 20 A barragem romana de Alfundão (Ferreira do Alentejo)

A. M. Dias Diogo & Laura Trindade 23 Elementos para o estudo de Tróia (Setúbal)

Jorge Raposo & Ana Luísa Duarte 26 Intervenção arqueológica na QI^a de S. Pedro (Seixal)

Eugénia Cunha 34 Contribuição da Paleobiologia (QI^a de S. Pedro, Seixal)

Maria Fernanda Boto 41 Análise espacial em Arqueologia

Francisco J. S. Alves 54 Património Cultural subaquático português (nova legislação)

João Paulo Pereira 58 Sistema de Informação em Museus com coleções de Arqueologia



Jorge Raposo 60 Avaliação de Impacte Ambiental e Património Cultural

Colaborações de • Elisabete Gonçalves • João C. Caninas • Luís Raposo • J. Joanaz de Melo

João Paulo Pereira & Ivone P. Martins 87 Estudos de Impacte Ambiental: a vertente arqueológica

António Manuel S. P. Silva 94 Impacte Ambiental e Arqueologia: um diálogo indispensável

António Carlos Silva 97 Arqueologia preventiva e de salvamento: a ponta do icebergue

Francisco Sande Lemos 101 Foz Côa: achegas para um debate indispensável

Luís Raposo 109 A datação das gravuras do Côa: considerações éticas e metodológicas

João C. Caninas & Francisco Henriques 115 Destruição do Património Arqueológico na Beira Interior

Leonardo Charréu 119 As siglas dos canteiros medievais: contributo metodológico e bibliográfico

Jorge Custódio 128 Almada mineira, manufactureira e industrial

Maria José Pinto 140 Palácio Gomes: pequena monografia

Jorge Augusto Miranda 143 Moinhos de vento nos arredores de Lisboa



150 Livros 159 Actividade científica 163 Actividade arqueológica 170 Notícias 183 Cãoatoo 186 Dos jornais

Para uma revista com as características de *Al-madan*, seria impossível (e imperdoável) passar à margem da polémica gerada pela barragem em construção no vale do rio Côa, obra que, ao colidir frontalmente com um riquíssimo património arqueológico, despertou a opinião pública portuguesa, de uma forma nunca antes atingida, para o debate em torno da valoração a atribuir aos vestígios de um passado mais ou menos remoto, quando no outro prato da balança se coloca o aparente bem estar e a riqueza do presente e do futuro. Praticamente não houve quem não tomasse partido, pelo betão ou pela arte rupestre, com posições por vezes extremadas (mas nem sempre reflectidas), tendo como pano de fundo a total inoperância dos responsáveis pela política cultural perante uma actuação decidida e agressiva da EDP e do Ministério da Indústria e Energia, a qual chegou a assumir as características de uma manipulação colectiva que culminou no episódio das "datações directas", cobertura pseudo-científica para uma tentativa de desvalorização do achado que foi, desde sempre, o ponto fulcral da estratégia da empresa e do referido ministério.

Contudo, a incultura, para usar a expressão de alguns colaboradores desta edição, de empreendedores privados ou dos poderes públicos (centrais mas também, frequentemente, locais), associada à incúria ou, simplesmente, à ausência de um modelo de desenvolvimento capaz de ver além do horizonte da rentabilidade imediata, fazem com que o caso do Côa não seja único. Ignorados porque não mediatizados, centenas se não milhares de sítios arqueológicos, imóveis ou outros elementos arquitectónicos ou etnográficos, são afectados por obras que, independentemente da importância de que se revistam, os ignoram completamente, promovendo destruições ou amputações por vezes criminosas que podiam em muitos casos ser minimizadas ou mesmo evitadas. Sem esquecer o carácter excepcional dos achados do Côa, importava pois alargar o âmbito deste tipo de discussão.

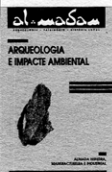
Por isso nos propusemos investigar mais de perto o processo de Avaliação de Impacte Ambiental. Resultado de imposição comunitária, a actual legislação portuguesa sobre esta matéria foi desde sempre contestada pelos ambientalistas mas deu origem a uma prática que, salvo algumas abordagens pontuais, nunca fora observada na perspectiva das suas incidências no Património Cultural — para tal houve que desencadear um inquérito que envolveu cerca de duas centenas de pequenas e grandes obras, com o objectivo de clarificar aspectos que vão das características e condições de execução dos Estudos de Impacte Ambiental, até à forma como estes são aliados e fundamentados as decisões de licenciamento.

Os resultados estão à vista no *dossier* central, parecendo tomar ainda mais sombrios os contornos de uma realidade que se antevia alarmante, ilustrada por tristes exemplos que todos conhecemos, como o recentemente sucedido na pedreira da Ribeira do Cavalo (ver pp. 175-177). Mas pensamos que eles vêm também demonstrar o que diversos dos nossos colaboradores sugerem nesta edição: a urgência de definição de uma política cultural coerente, assente numa discussão participada que produza reflexos ao nível legislativo e, consequentemente, na prática quotidiana de todos quantos actuam sobre o nosso território.

Aos arqueólogos e outros investigadores sociais, compete lutar por um papel mais interventor em todo este processo, o que só conseguirão dignificando socialmente a sua actividade, com profissionalismo e uma conduta ética e deontológica que inspire o respeito dos seus concidadãos.

Como os nossos leitores terão reparado, o aumento generalizado dos custos de produção obrigou à alteração do preço de capa de *Al-madan*, uma subida inferior a 17% que, no entanto, é compensada por acréscimo quase igual no número de páginas (que passam de 162 para 186 nesta edição, facto só possível pela assinalável melhoria do volume de vendas e pela manutenção de um conjunto de apoios que muito nos apraz registar).

Cremos que permanece assim inalterada a relação entre a quantidade (e a qualidade) da informação e o custo a que esta é disponibilizada, esperando que a mesma corresponda à expectativa crítica de um público diversificado e atento às temáticas da Arqueologia, Património e História Local.



CAPA:

Rocha gravada no vale do rio Côa (foto do Penacosa, Março de 1995). Imagem de Álvaro Almeida, cedida pela Associação Projecto Património.

Al-madan • 1ª Série, nº 4 • Outubro 1995

Propriedade: Centro de Arqueologia de Almada • Apartado 603 (PRAGAL) • 2801 ALMADA CODEX

Registo de Imprensa: 108998 ISSN: 0871-066X Depósito Legal: 92457/95 Director: Jorge Raposo Conselho Científico: Amílcar Guerra, António Nabais, Carlos M. da Silva, C. Tavares da Silva e Luís Raposo Redacção: Ana Luisa Duarte, Armando Sabrosa, Elisabete Gonçalves, Francisco Silva e Jorge Raposo

Colaboram neste número: Amílcar R. Guerra, Ana M. Moura, António C. Silva, A. Galopim de Carvalho, António M. Silva, A. Dias Diogo, A. Monge Soares, Carlos M. Silva, Eugénia Cunha, Francisco Henriques, Francisco Negalha, F. Sande Lemos, Francisco S. Alves, Graça Filipe, Guilherme Cardoso, Ivone P. Martins, João C. Caninas, J. Joanaz de Melo, J. Ladgero Gonçalves, João L. Cardoso, J. Paulo Pereira, Jorge Custódio, Jorge A. Miranda, J. Caieiro, José d'Encarnação, José Norton, J. Carreira, Laura Trindade, Leonardo Charréu, Leonor Rocha, Luís M. Araújo, Luís Raposo, M.ª Clara Salvador, M.ª Fernanda Boto, M.ª José Pinto, M.ª Virela Gomes, Rui Carita, Rui M. Salvador, Salette da Ponte, Vanda F. Santos

Retrosversão: Luís Gouveia e M.ª Isabel Santos Modelo Gráfico: Jorge Raposo e Paulo Buchinho Ilustração e Paginação: Jorge Raposo Cartoon: José Santos

Fotolito: Roseta Impressão: Tipografia Lugo Tiragem: 2.000 exemplares Periodicidade: Anual

Apoios: Fundação Calouste Gulbenkian, JNICT, Instituto Português da Juventude, Câmaras M. Seixal, Câmaras M. Almada e Região de Turismo de Setúbal.

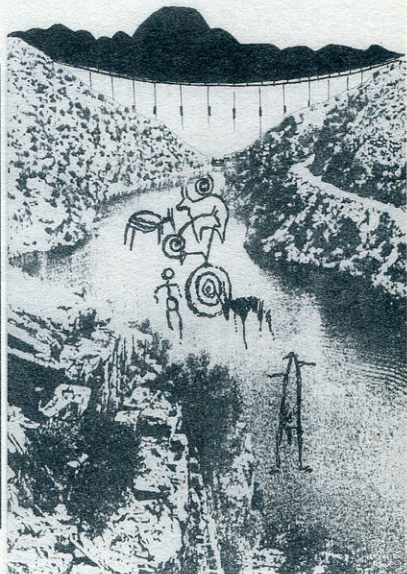
SOLICITA-SE PERMUTA • ON PRIE L'ÉCHANGE • EXCHANGE WANTED • TAUSCHVERKEHR ERWÜNSCHT • SOLICITIAMO SCAMBIO

ESPECIAL IMPACTES

A tentativa de construção de uma barragem no vale do rio Côa, ao colidir com um património arqueológico riquíssimo, provocou uma polémica de dimensão nunca antes conhecida no nosso país e que, inclusive, ultrapassou largamente as suas fronteiras. De todos os sectores da sociedade portuguesa surgiram posições que reflectem diferentes atitudes perante os vestígios do passado e as formas de encarar o presente e construir o futuro.

Procurando contextualizar este debate e centrá-lo nas questões fundamentais de definir o que valorizar, porquê, com que meios e em que enquadramento legal, Al-madan trata neste dossier a problemática da Avaliação de Impacte Ambiental e Património Cultural sob diferentes perspectivas de análise: a legislação, os estudos realizados e as suas consequências, os critérios de valoração dos vestígios patrimoniais, a ética profissional e deontológica, etc.

Obviamente, a questão do Côa é também abordada, embora se lamente que a indisponibilidade de alguns dos principais intervenientes tenha impedido que compartilhem o que pensam com os nossos leitores, gorando-se assim a oportunidade que para tal lhes proporcionámos.



AValiação de IMPACTE AMBIENTAL E PATRIMÓNIO CULTURAL • p. 60

JORGE RAPOSO • ELISABETE GONÇALVES • JOÃO C. CANINAS • LUÍS RAPOSO • J. JOANAZ DE MELO

JOÃO P. PEREIRA & IVONE P. MARTINS • **ESTUDOS DE IMPACTE AMBIENTAL: a vertente arqueológica • p. 87**

ANTÓNIO MANUEL S. P. SILVA • **IMPACTE AMBIENTAL E ARQUEOLOGIA: um diálogo indispensável • p. 94**

ANTÓNIO CARLOS SILVA • **ARQUEOLOGIA PREVENTIVA E DE SALVAMENTO: a ponta do icebergue • p. 97**

FRANCISCO SANDE LEMOS • **FOZ CÔA: achegas para um debate indispensável • p. 101**

LUÍS RAPOSO • **A DATAÇÃO DAS GRAVURAS DO CÔA: considerações éticas e metodológicas • p. 109**

AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL E PATRIMÓNIO CULTURAL o Aproveitamento Hidroelétrico do Rio Côa

No âmbito da pesquisa que conduziu à produção do texto que abre o *dossier* especial desta edição de *Al-madani*, a consulta da documentação relativa à AIA da barragem de Foz Côa permitiu recolher um conjunto de informação que cremos útil transmitir aos nossos leitores, em complemento à posição expressa pelo Dr. Francisco de Sande Lemos (FSL), autor de um dos relatórios que fundamentou o Estudo de Impacte Ambiental.

Todo o processo merece, aliás, ser retratado do anonimato em que se dilui no tratamento quantitativo que fizemos aos dados de perto de duas centenas de obras, não só porque exemplarizar os termos em que este tipo de relatórios científicos é enquadrado pelos promotores dos EIA's, neste caso a EGF — Empresa Geral do Fomento, mas também porque alguns por-mo-res processuais podem ser contextualizados no âmbito da acesa polémica que vêm motivando os impactos da construção da barragem.

Evitando repetir aspectos tratados no texto de FSL, interessa-nos pois analisar como foi incorporado o seu trabalho no estudo colocado à apreciação do MARN e à consulta do público.

Assim, verifica-se que ele está na base do ponto dedicado ao "Património" no capítulo C, "Descrição do Quadro de Referência, onde se regista que o "vale do Rio Côa [...] produz as condições ideais para o assentamento de povoados"; quer na Pré-história antiga e recente, pois "seria dos povos leitos com água corrente, nos estios mais prolongados, e um vale abrigado nos invernos mais rigorosos", quer no período romano e nas épocas subsequentes, dado "as suas margens proporcionar um microclima favorável às culturas mediterrânicas, nomeadamente à vinha e à oliveira". Não surpreende assim "que se tenha encontrado inúmeros vestígios [...] de sucessivos estádios de ocupação". Chama-se depois a atenção para a alteração do leito do rio a partir do Salto do Boi, onde "é bastante apertado, encastado, com margens de acentuado declive abruptas", paisagem natural que constitui "cenário favorável à circulação de pequenas comunidades neolíticas e calcolíticas, provavelmente responsáveis pela produção dos notáveis conjuntos de pinturas rupestres descobertas durante os trabalhos de campo".

Traçado o enquadramento geral, na caracterização e valoração dos vestígios identificados detectam-se desde logo algumas variações de terminologia: um quadro do "Capítulo D — Descrição de Impactes" apresenta 69 sítios segundo a classificação de FSL, em que 11 detêm "interesse excepcional" (os povoados romanos de Piscos e das quintas da Barca, das Olgas e de St. Maria, os imóveis deses mesmas quintas e quatro abrigos com pinturas de inspiração antropomorfa e zoomorfa) e 14 "grande interesse" (aos restantes é atribuído "interesse normal"), o que se repete na "base de dados do estudo do Património" que integra o volume de "Anexos" e regista, entre outros descritores, a designação do sítio, a localização administrativa e cartográfica, as coordenadas e cota, o tipo, cronologia e data de reconhecimento, etc. (dos "Anexos" constam ainda um levantamento cadastral e fotográfico e a cartografia de zonamento, com sinalização dos "elementos do património"); por outro lado, o capítulo que antes referimos dedicava-se à caracterização da situação de referência regista genericamente que dois conjuntos de gravuras (Canado do Inferno e Canado de Vale de Figueira) e os 4 abrigos possuem "grande interesse científico", enquanto os povoados romanos e as quintas em que se inserem são destacados "pelo seu interesse artístico e científico"; por fim, no RNT os mesmos locais apenas são referidos como "elementos do património arqueológico relevantes". Convenhamos que não é exactamente o mesmo que "interesse excepcional".

Mais significativo ainda é que, no "Capítulo E — Avaliação integrada de Impactes", onde a quantificação é feita através da aplicação de "Matriz de Impacte Ambiental do Conselho Internacional das Grandes Barragens", esse carácter "excepcional" não justifique que o impacto no património cultural mereça mais que a classificação de "prejudicial" mas "moderado" (numa escala em que os outros dois valores são "maior" e "menor"). O mesmo que sofreu os impactos, a actividade agro-pecuária, etc. "Benéfico" e "maior" será o resultado da produção de energia e do controlo das cheias e, também "benéficos" mas "moderados" são, entre outros, os impactos estético da barragem (1) e o facto de esta propiciar a realização de estudos arqueológicos. Ou seja, embora

de sinal contrário, é atribuída igual importância à afectação de vestígios patrimoniais "excepcionais" e a um pano de betão (mais de um milhão de metros cúbicos) com 136 m de altura, que noutro ponto se reconhece impositivo e "destoando da pureza natural do ambiente circundante".

Adiante, a "discussão de resultados" volta a valorizar a importância hidroelétrica da barragem, o seu peso estético na paisagem e a "dinamização do estudo dos elementos do património", destacando como factores negativos a "inundação de culturas e de alguns solos de bom potencial agrícola [...]; de peças com interesse patrimonial; a criação de zonas inter-níveis, com relativa extensão e condições de solo e estética pouco favoráveis; [...] os efeitos de instabilização de encostas nas margens da Albufeira; a afectação dos habitats das comunidades de anfíbios".

Para uma noção mais correcta do grau de afectação dos vestígios referidos, esclareça-se que, atendendo às cotas de funcionamento da barragem (190, 210 e 230 m, correspondentes a valores de exploração mínimos, normais ou plenos, situação em que a albufeira atingirá os 1572 hectares, distribuídos por 425 parcelas, 300 das quais inundadas em mais de 60 % da sua área), a mais de 60 m de profundidade ficarão dois dos abrigos (Canado do Inferno e Foz de Vale de Figueira), uma ponte medieval (Muxagata) e um moínho bem conservado, com o equipamento interior intacto (Castelo Melhor). Submerso ficará também o povoado romano da Qd. de St. Maria, onde estão em curso escavações arqueológicas e, na zona inter-níveis (190-230 m), exactamente a que sofrerá maior impacto, situam-se os outros três povoados romanos e quatro abrigos com pinturas já referidos.

De facto, a "Descrição de Impactes" analisa as "consequências morfológicas" resultantes da "erosão das margens abruptas da albufeira devido [...] ao desmoronamento de blocos graníticos ao longo das vertentes nas" e da "escorren-cia superficial difusa que arrasta sedimentos de calibre médio e fino", materiais que provocarão "o entulhamento do fundo da albufeira". Chama-se ainda a atenção para o facto de, mesmo a cotas superiores, os vestígios poderem ser indirectamente afectados pela alteração das condições am-

bientais provocada pela grande massa de água da albufeira, já que esta terá ainda "como impacto imediato um aumento da humidade relativa do ar [...]. O ar húmido [...] acumula-se junto ao solo, criando as condições para o desenvolvimento de líquenes, musgos e fetos, pioneiros de uma cobertura vegetal mais densa nas margens da albufeira" — erosão, escorren-cias e desenvolvimento de cobertura vegetal que não auguram nada de bom mesmo para os vestígios não totalmente submersos e dos quais "se admite apenas ter localizado uma parte dos que existem".

No entanto, apesar de tudo o que se disse, a "declaração de impacto ambiental" expressa no EIA afirma que "não se detectaram efeitos colaterais induzidos pela obra projectada que se sobreponham em termos de importância aos que decorrem dos objectivos directos da sua concepção", pelo que "o impacto ambiental resulta, nas condições analisadas, positivo. Haverá, todavia, que considerar [...] alguns cuidados e medidas correctivas tendentes à defesa e valorização da qualidade ambiental".

Estas surgem no capítulo dedicado à "identificação das principais recomendações propostas", consistindo na sugestão de "estudo mais detalhado sobre as estações arqueológicas", com um levantamento "dos sítios apontados como detendo interesse relevante, a ser conduzido pelos organismos da tutela".

Sublinha-se que "as presentes recomendações parecem encontrar-se fora do âmbito do promotor da obra", pelo que "haveria vantagem do ponto de vista da minimização de impactos no património em EDP lançar junto da instituição da tutela — o IPPC — o programa que ora se propõe", envolvendo prospeções, sondagens, recolhas sedimentológicas, escavação integral, registo aerofotográfico, topográfico e fotográfico.

Com base nesta documentação da EGF, a avaliação desenvolveu-se de acordo com a legislação, através da consulta pública e da análise por uma comissão nomeada pelo MARN.

Paradossalmente, a fase de consulta pública de uma obra desta envergadura e que, já então se sabia, teria graves implicações em termos ambientais e patrimoniais, decorreu de 2 de Dezembro de 1991 a 2 de Janeiro de 1992 (em ple- ▶ 106

1994

— Em Janeiro o Presidente do IPPAR, o arquitecto Nuno Santos Pinheiro, deslocou-se a Vila Nova de Foz Côa e tomou conhecimento da existência das gravuras, desconhecendo-se que orientações preconizou para a sua salvaguarda.

— Em Abril, no II Congresso da Água, numa comunicação apresentada por um técnico da Hidro-Rumo, são referidas de forma muito sucinta, na área afectada pela albufeira do Foz Côa "gravuras e pinturas rupestres, às quais se atribui origem paleolítica" (MONTEIRO, 1994).

— No Verão, no mesmo local, Canada do Inferno, foram avistadas mais gravuras, realizando-se o seu levantamento com o auxílio de um desenhador do Museu de D. Diogo de Sousa.

— A revista da EDP publica, sem legendas, a foto de uma das rochas da Canada do Inferno, com gravuras de estilo paleolítico (a primeira a ser descoberta).

— Em Novembro, a equipa do PAC, ao verificar um inesperado abaixamento ocasional das águas, decide chamar colegas exteriores ao Instituto, a fim de autenticarem a sua descoberta, alegando que as gravuras não tornariam a ser observáveis devido ao incremento entretanto adquirido pelo empreendimento hidro-eléctrico (as obras de construção da barragem propriamente dita tinham sido adjudicadas em Abril de 1994). Foram chamados, para além de mim, os especialistas em arte rupestre Mila Simões de Abreu, Mário Varela Gomes e António Martinho Baptista. Entretanto o IPPAR lançou um "press-release", noticiando a descoberta.

— O debate ocorrido em Vila Nova de Foz Côa em 16 de Dezembro de 1994 veio revelar que a quase totalidade das recomendações inseridas no EIA ainda não tinham sido cumpridas, passados mais de cinco anos sobre o momento em que a EDP e o ex-IPPC/IPPAP decidiram colaborar no aprofundamento dos

104 o Aproveitamento...

na época natalícia e de fim-de-ano!), sendo o EIA e o RNT enviados para o INAMB, a CCRN e a Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa (CMVNF), enquanto as outras duas autarquias afectadas (Pinhel e Figueira de Castelo Rodrigo) e as Juntas de Freguesia envolvidas apenas receberam o RNT. Divulgada através da rádio local, dois anúncios na imprensa, editais e ofício enviado a associações, sindicatos, universidades, institutos, etc., ela envolveu também uma audiência pública (9/12/11), participada por cerca de 30 pessoas, entre as quais membros do poder local, agricultores, proprietários, representantes da EDP e da EGF, etc.

Contribuições escritas apenas as da CMVNF, que "reconhece a importância e actualidade do projecto em causa", e da empresa vitivinícola "Ramos Pinto", proprietária de uma das quintas mais afectadas, a Qr, de Sp. Maria (3/4 ficariam submersos, entre os quais 500 ha de vinha de qualidade B que produzem 7500 kg/ha e um rendimento bruto de 1100 contos/ha), que anexa diversos pareceres técnicos (particulares e de institutos e associações nacionais e estrangeiras). Os representantes desta empresa defendem alternativas à barragem (pequenos empreendimentos em escada) e que o valor sócio-económico da vinha é muito superior ao da obra projectada, ainda por cima quando esta é apoiada num EIA muito superficial.

As conclusões ressaltam a aceitação geral do poder local e que, com a excepção referida, a inviabilização de áreas agríco-

las é admitida pelos agricultores. Quanto aos impactos sobre os vestígios patrimoniais, estes "foram identificados na sequência do acordo do Proponente com o IPPC para a sua salvaguarda", salientando-se o compromisso da EDP na "transferência para o Museu Local de alguns destes vestígios". Lamentou-se ainda a fraca participação pública, nula no caso das associações ambientalistas.

Mais afirmativa é apreciação global de uma CA perfeitamente insuspeita de pertencer a qualquer lobby arqueológico, composta por representantes da DGRN (coordenação), do SNPRCN e da CCRN (a que se associou por convite o INAMB), que refere que "toda a análise foi baseada numa única solução, não tendo sido apresentadas alternativas, nomeadamente a alternativa zero resultante da não construção da barragem". Um lamento que se regista três anos e meio antes do momento em que redigimos este texto, quando o Ministro Mira Amaral nos vem dizer, impiante, que se prepara para apresentar um estudo que quantifica "os custos para o povo português" da não-construção da barragem! Quanto se teria não-gasto no mesmo período se inicialmente se tivesse contemplado essa alternativa?

Voltando à posição da CA, esta também entende que as medidas propostas "não estão devidamente quantificadas e localizadas", enquanto o Resumo, embora satisfatório, "refere no 1º parágrafo que o EIA visa apoiar a execução do empreendimento, afirmação essa que não merece o

nosso acordo: A função dum EIA não é a de justificar uma obra, mas sim a de analisar até que ponto os impactos decorrentes favorecem determinadas alternativas em detrimento de outras ajudando à sua selecção e propondo medidas minimizadoras ou mesmo eventualmente aconselhando a inviabilização do empreendimento". Um comentário de alto valor pedagógico que também parece não se inserir nos princípios que norteiam os nossos decisores políticos.

Considera-se ainda que "os impactos ao nível do património são muito significativos e a sua importância é, não só de âmbito local e regional, como nacional, embora o EIA não lhes dê o valor suficiente, limitando-se a enumerar o que vai ser afectado", e exige-se que o estudo a promover pela EDP/IPPIC deva ser "posteriormente apresentado". Por outro lado, entende a CA que "não são explícitos os critérios de hierarquização dos impactos" na respectiva matriz, terminando com uma crítica explícita ao não concordar "com a designação de impacto positivo atribuído aos efeitos das medidas correctoras, como, por exemplo, a realização de estudos do património a inundar, já que estas medidas apenas pretendem minimizar impactos francamente negativos".

Todavia, "propõe-se que o EIA seja aprovado. O proponente deverá, no entanto, apresentar os estudos complementares e implementar as recomendações sugeridas pelo CA para as várias fases do empreendimento".

Assim sucedeu quanto à aprovação, embora, tal como FSL, ignoremos que tipo de estudos complementares foram apresentados e de que forma se implementaram as recomendações.

Jorge Raposo

Bibliografia

APROVEITAMENTO Hidroeléctrico do Rio Côa — escalão de Foz Côa. Projecto Base. Estudo de Impacte Ambiental: resumo não técnico (1991a). Lisboa, EDP — Electricidade de Portugal, Direcção Operacional de Equipamento Hidráulico, Julho.

APROVEITAMENTO Hidroeléctrico do Rio Côa — escalão de Foz Côa. Projecto Base. Volume XVI — Estudo de Impacte Ambiental (EGF) (1991b). Lisboa, EDP, DOEH, Julho.

PARCELA da Comissão de Avaliação do Estudo de Impacte Ambiental do Aproveitamento Hidroeléctrico do Rio Côa — escalão de Foz Côa. Projecto Base (1992). Lisboa, DGRN, INAMB, 23 de Janeiro.

RELATÓRIO da Consulta Pública do Estudo de Impacte Ambiental do Aproveitamento Hidroeléctrico do Rio Côa — Escalão de Foz Côa. Projecto Base (1992). Lisboa, DGRN, INAMB, Janeiro.